

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Maxiley dos Reis Alves Rocha
Enviado em: quarta-feira, 7 de dezembro de 2022 15:44
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: Ofício - 53/2022 - PEC da Transição
Anexos: OFÍCIO - PEC da Transição - Senadoo.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: quarta-feira, 7 de dezembro de 2022 12:32
Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Ofício - 53/2022 - PEC da Transição

De: Dep. Comunicação [mailto:comunicacao@federaminas.com.br]
Enviada em: terça-feira, 6 de dezembro de 2022 15:13
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Assunto: Ofício - 53/2022 - PEC da Transição

Você não costuma receber emails de comunicacao@federaminas.com.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezado,
Segue em anexo o ofício da Federaminas sobre a PEC da Transição.

Atenciosamente,
Comunicação Federaminas

Ofício nº 53/2022

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.

Exmo. Senhor Senador Rodrigo Pacheco Senado Federal
Anexo 2 - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 24
70165-900 Brasília (DF)

Assunto: PEC da Transição

Exmo. Senhor Senador,

1. A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB, em nome de suas 27 Federações Estaduais filiadas e 2.200 Associações Comerciais espalhadas pelo território nacional, e que congregam mais de dois milhões de empresas de todos os setores, manifesta seu apoio à manutenção no próximo ano do valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil ou outro nome que venha ter, por considerar uma necessidade na atual conjuntura de dificuldades de grande parcela da população.
2. Considera, no entanto, que os recursos necessários para garantir esse valor sejam buscados por remanejamentos no Orçamento da União para 2023, ao invés de uma autorização para gasto extraordinário, uma vez que o elevado montante das receitas previstas deve comportar a inclusão desses gastos, que deverão se tornar permanentes.
3. Assim, manifesta sua posição contrária à aprovação da PEC da Transição, para cobrir os gastos adicionais não previstos no Orçamento para o Auxílio. Preocupa, ainda mais, as propostas de incluir na PEC valores adicionais que representam aumento significativo da dívida pública, com impacto sobre as taxas de juros e a atividade econômica, que atingirá especialmente as camadas mais pobres da população.
4. As Associações Comerciais defendem que o novo governo adote como prioridade a realização de uma Reforma Administrativa para racionalizar o gasto público, estabelecendo as prioridades para o atendimento da área social, dentro do Orçamento, sem necessidade de aumentar a tributação, ou o endividamento.
5. A carga tributária no Brasil já é muito elevada e não comporta aumento, pelo que é necessário primeiro a realização da Reforma Administrativa, para depois se

fazer uma Reforma Tributária que simplifique o sistema e corrija distorções, mas sem aumentar o total da tributação.

6. As Associações Comerciais do País consideram que a austeridade fiscal não é incompatível com a Responsabilidade Social, mas condição necessária, embora não suficiente para a solução dos graves problemas sociais, que somente poderão ser resolvidos com o crescimento da economia, o qual depende do equilíbrio das contas públicas, da segurança jurídica, da tributação simplificada e moderada e de um Estado eficiente.

7. Por isso tomam a liberdade de manifestar a Vossa Excelência sua posição contrária à aprovação de Emenda à Constituição para liberar aumento de gastos, pois além dos efeitos negativos da proposta de PEC apresentada enfraquecerá qualquer limite que se pretenda estabelecer para o futuro com vistas à responsabilidade fiscal.

Subscrevo-me com elevada estima e distinta consideração.



Valmir Rodrigues da Silva

Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais